

ÉTICA E ESTADO NAS DISTOPIAS *NÓS E NÃO ME ABANDONE JAMAIS*

EUGÊNIA ADAMY BASSO¹; EDUARDO MARKS DE MARQUES²

¹Universidade Federal de Pelotas – eugenia.adamybasso@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – eduardo.marks@ufpel.edu.br

1. INTRODUÇÃO

Vive-se hoje um momento marcado por constantes transformações nas esferas da vida humana, acentuando problemas históricos: a tecnologia se propaga desenfreadamente, interferindo nas leis naturais e no estilo de vida dos indivíduos, alterações climáticas, destruição ambiental, violência, desigualdade social. Parte desse problema é decorrente do protagonismo humano sobre a natureza e do poder como elemento dominante em todos os contextos habitados. Neles, a tecnologia é ferramenta essencial para exercer o controle por meio de veículos midiáticos entre as classes sociais, o Estado e seus aparelhos ideológicos.

Tais situações são abordadas na distopia, que traz uma descrição de “utopia negativa”: opressão, destruição da natureza, violência, autoritarismo, uso da tecnologia para controle humano, privação da liberdade. Paralelo a isso, a utopia se faz presente como uma proposta de contraponto a esses cenários.

A distância entre a utopia e a distopia é pequena e pode ser apenas uma questão de opinião e de juízos de valor. [...] Uma vez postas em ação, as utopias não podem ser controladas, e, muitas vezes, pretendem libertar ou tornar felizes os homens, independentemente de suas próprias vontades. A missão de toda utopia é regenerar as pessoas, ainda que precise enfrentá-las e impor-lhes esse alto destino. Eis o caminho que imperceptivelmente nos leva da utopia ao seu gêmeo fantasmático, ao seu doppelgänger: a distopia. (MATOS, 2017, p. 45)

Nessas transformações, onde a busca da utopia desnuda a distopia, os sujeitos se encontram em variadas posições, ora no papel de controladores, ora no papel de controlados. É necessário, portanto, pensar como o indivíduo, o Estado e a sociedade se sustentam por meio de ações alicerçadas em determinados princípios éticos construídos entre essas três esferas sociais. Desse modo, este trabalho é um recorte de tese de doutorado cujo objetivo é analisar como as visões de ética se desdobram em diferentes distopias dos séculos XX e XXI.

2. METODOLOGIA

Tendo em vista as modificações das tendências das distopias literárias ao longo dos séculos XX e XXI, foram escolhidas para a tese dez distopias a serem analisadas em seus contextos (dis)semelhantes, estando divididas por tempo cronológico de publicação. Em um primeiro momento, optou-se por analisar os romances modernos até a primeira metade do século XX, sendo eles os clássicos *Nós* (1921), de Iévgueni Zamiátiin, *Admirável Mundo Novo* (1932), de Aldous Huxley, *1984* (1949), de George Orwell, e *Fahrenheit 451* (1953), de Ray Bradbury. Neles, procurou-se analisar as interfaces da ética em espaços de Estados totalitários onde coletividade, subjetividade e controle são antagônicos. As obras selecionadas para a segunda seção do corpus deste trabalho foram A

Parábola do Semeador (1993), de Octavia Butler, a trilogia de Margaret Atwood, composta por *Oryx e Crake* (2003), *O ano do dilúvio* (2009) e *MaddAddão* (2013), *Não me abandone jamais* (2005), de Kazuo Ishiguro, e *Jogos Vorazes* (2011), de Suzanne Collins. Tal escolha para este segundo momento foi baseada nas características semelhantes entre as obras do final do século XX ao XXI, em que há um capitalismo devastador, abandono das minorias, a presença da barbárie, ausência de Estado e domínio de corporações, ascensão de regimes de extrema direita, pobreza extrema, a meritocracia nas oportunidades, o protagonismo feminino na luta pela sobrevivência e o transumanismo como valorização do humano, mas não da humanidade. Entre os romances, são estabelecidas conexões sobre os princípios éticos que se fundamentam nesses novos cenários de distopia onde o Estado se descentraliza e dá espaço para um sistema neoliberal de administração. Desse modo, para fins de otimização à presente apresentação, optou-se por fazer um recorte ao selecionar um romance representativo de cada tendência distópica, sendo eles *Nós* e *Não me abandone jamais*.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Feito um levantamento teórico sobre diferentes conceitos de ética, optou-se por entendê-la como a capacidade de reflexão e atuação respeitosa partindo do individual ao coletivo. Essa definição foi baseada no estudo da filósofa Márcia Tiburi, que aborda a ética por meio das relações de subjetividade.

Podemos dizer que a ética é a reflexão acerca dos nossos atos enquanto pretendemos que eles tenham um sentido que vá além deles mesmos. A ética é, assim, o contrário do vazio da ação que experimentamos no dia a dia. Assim como a filosofia é o contrário do vazio do pensamento. [...] a ética implica sempre a pergunta acerca de nós mesmos enquanto somos construtores de um entre-nós que nos autoliberta. A esse lugar do entre-nós chamamos de relação. (TIBURI, 2016, p. 113)

Segundo a autora, as reflexões éticas resultam em ações éticas. Uma crise nesse processo pode ser recorrente de um esvaziamento de pensamento, ação e linguagem por parte dos indivíduos. A partir dessa ideia, observou-se que há um conflito ético em todos os espaços distópicos das obras selecionadas.

Nas distopias do século XX, há uma utopia de um Estado organizado que garantisse recursos à sobrevivência humana e a promessa do bem-estar social, o que culminou em governos totalitários. O filósofo brasileiro Félix Antônio de Medeiros, em seus estudos sobre ética, aborda o papel do Estado envolvido com a felicidade e a autonomia dos cidadãos. Para o autor, o Estado tem o dever de garantir a liberdade de optar por um estilo de vida ou modelo familiar que vá ao encontro de determinado grupo sem que fira sua autonomia ou felicidade objetiva (2012, np.). O Estado é antiético quando priva seus cidadãos do direito à vida ou autonomia sobre ela, quando nega participação dos cidadãos na economia, deixa de fornecer o acesso à saúde, à intelectualização, quando proíbe determinados usos linguísticos. Em parte, um governo totalitário fere a liberdade ao proibir a livre manifestação de opinião e acesso à informação. Na distopia de Zamiátin, os habitantes do chamado Estado Único vivem sob rígido controle em nome do bom funcionamento da ordem: a maior parte do cotidiano é dedicada ao trabalho e à rotina das horas, as relações sexuais são baseadas em contratos, a formação de

núcleos familiares é proibida e a privacidade é negada para que o indivíduo seja observado e punido em caso de descumprimento de regras.

Todas as manhãs, com exatamente seis rodas, precisamente na mesma hora, precisamente no mesmo minuto, nós, os milhões, levantamos como um só. Exatamente na mesma hora, unimilhões começamos a trabalhar e, na mesma hora, unimilhões, terminamos o trabalho. [...] Serei totalmente sincero: ainda não encontramos uma solução absolutamente exata para a felicidade - duas vezes por dia, das 16 às 17 horas e das 21 às 22 horas, nosso poderoso e único organismo se divide em células isoladas: essas são as Horas Pessoais estabelecidas pela Tábua das Horas. Nesses horários observam-se as cortinas castamente fechadas nos quartos de alguns; outros percorrem ritmadamente as avenidas, como se subissem os degraus de cobra da Marcha [...] (ZAMIÁTIN, 2017, p. 31)

Nesses ambientes, anula-se a individualidade dos sujeitos em nome de uma categorização da coletividade: indivíduos vivem princípios morais baseados na ideia de ordem e harmonia social impostos pelo o Estado. A doutora em filosofia Mariá Brochado, em sua pesquisa sobre a ética no Estado, na política e na cidadania (2010), afirma que, de maneira gradativamente consensual, as pessoas vão aderindo às imposições legislativas do Estado. Isso ocorre porque os costumes morais de uma sociedade são internalizados e devolvidos, formando, então, uma tradição. Em governos não totalitários, a lei se institucionaliza espontaneamente por meio de uma convenção, sendo posteriormente passada às gerações. Nas distopias em questão, a dinâmica das leis segue unicamente os anseios do Estado, não da população em geral, sendo impostas e, com o passar do tempo, normalizadas. A justificativa do Estado para tal medida é tomar o melhor caminho rumo ao bem comum.

Nas distopias do século XXI, a tendência que se encontra mostra um Estado de governo em segundo plano e que, por conta do crescimento do capitalismo e liberalismo, se descentraliza em outras instituições que propagam sua ideologia. Religião (Igreja), a Educação (Escola), a Economia (Corporações) também moldam e anulam os sujeitos conforme interesses próprios utópicos, direcionando-os a novos princípios éticos que os sustentam. No romance de Ishiguro, o internato de Hailsham é responsável por abrigar clones que são destinados a serem doadores de órgãos ainda durante sua vida, sacrificando-se em nome da saúde humana e da medicina. Nele, os clones são controlados por meio das regras e princípios educadores do internato, sendo plenamente dedicados às suas funções e privados de liberdade de escolha.

“Indignos de privilégios” e “mau uso das oportunidades”: essas eram duas frases constantes das quais Ruth e eu nos lembramos, quando começamos a rememorar tudo, em seu quarto no centro de Dover. O tom geral era bastante claro: éramos, todos nós, muito especiais, sendo alunos de Hailsham, e justamente por esse motivo a decepção era maior quando nos comportávamos mal. (ISHIGURO, 2016, p. 58)

Assim, o internato passa a assumir uma função ideológica semelhante àquela presente no Estado Único de Nós, justificando sua conduta como ética por agir a favor do bem estar social e humano.

4. CONCLUSÕES

Até o atual momento do trabalho, a pesquisa permitiu que se conclua que, tanto em *Nós* quanto em *Não me abandone jamais*, retrata-se uma crise ética partindo da relação entre Estado, sociedade e indivíduo. Isso ocorre porque a ética é uma capacidade reflexiva e subjetiva sobre a praticidade da moral, a qual é construída conforme o contexto de tempo e cenário em que determinados indivíduos vivem.

Nesses ambientes em que há censura da criticidade (como em governos totalitários), as práticas da alteridade e de responsabilidade entre o eu e o outro entram em choque, sendo destruídas pelo que o Estado prega em nome de um bem estar coletivo. Age-se pelo Estado, pelo seu pleno funcionamento e permanência, mesmo que isso afete a liberdade individual, o cerceamento das vontades próprias, do desejo e da experiência do sujeito.

O mesmo ocorre quando o Estado se redimensiona em outros aparelhos ideológicos que também organizam os indivíduos conforme interesse próprio. Não há possibilidade de coletividade sem uma entidade que ocupe a posição de Estado a direcionar seus habitantes. O Estado, seja como nação ou como organização, é uma criação humana tão poderosa que só pode ser extinta com seu próprio criador. Mesmo descentralizado, tem seu poder reforçado por meio de qualquer esquema de oposição. Desse modo, a leitura de Estado por meio dessas distopias permite uma reinvenção da sua noção de influência sobre os indivíduos, os quais são esvaziados de experiência própria e preenchidos com ideologias éticas direcionadas ao poder e a perpetuação dessas entidades desde sempre fortalecidas, impossibilitando espaços de subjetividade e exercício da ética na vida privada e nas relações individuais entre sujeitos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BROCHADO, Mariá. Ética e as relações entre Estado, política e cidadania. **Cadernos da Escola do Legislativo**. Belo Horizonte, v. 12, n. 19, p. 57-82, Julho/dezembro 2010.

MEDEIROS FILHO, Félix Antônio. Ética e Estado. **Carta Potiguar**, Rio Grande do Norte, 19 jul. de 2012. Disponível em:
<<http://www.cartapotiguar.com.br/2012/07/19/etica-e-estado/>>. Acesso em 08 maio de 2020.

ISHIGURO, Kazuo. **Não me abandone jamais**. 2 ed. Tradução: Beth Vieira. São Paulo: Companhia das Letras, 2016 [2005].

MATOS, Andityas. Utopias, distopias e o jogo da criação de mundos. **Revista UFMG**, Belo Horizonte, v. 24, n. 1 e 2, p. 40-59, jan./dez. 2017.

TIBURI, Marcia. **Filosofia prática: ética, vida cotidiana, vida virtual**. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 2016.

ZAMIÁTIN, Ievguêni Ivánovitch. **Nós**. Tradução: Gabriela Soares. São Paulo: Aleph, 2017 [1924].